



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social**

**Sub-eixo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e exploração da  
força de trabalho**

**A ESPECIFICIDADE DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO  
CONTEMPORÂNEO EM SUA PROFUNDA RELAÇÃO COM AS RELAÇÕES DE TRABALHO:  
UMA ANÁLISE CRÍTICA**

**ADNA VIEIRA DE LIRA<sup>1</sup>**

**RESUMO**

A pesquisa teve como objetivo entender o desenvolvimento industrial brasileiro, analisando seus setores produtivos, a participação da indústria na geração de empregos formais, onde está inserido o Brasil na produção industrial mundial e qual a contribuição da indústria para o PIB. Analisamos dados acerca do desemprego, as relações de trabalho e a presença da escravidão contemporânea nas novas formas de emprego (fenômenos como da uberização) e o trabalho análogo a escravidão dentro dos principais setores industriais brasileiros. Por fim, analisamos a influência da industrialização na precarização das condições de trabalho contemporâneas.

**Palavras chaves:** Desenvolvimento Industrial. Relações de trabalho. Neoliberalismo.

**ABSTRACT**

The research aimed to understand the Brazilian industrial development, analyzing its productive sectors, the participation of industry in the generation of formal jobs, where Brazil is inserted in the world industrial production and what is the contribution of industry to the GDP. We analyzed data on unemployment, labor relations and the presence of contemporary slavery in new forms of employment (phenomena such as uberization) and work analogous to slavery within the main Brazilian industrial sectors. Finally, we analyze the influence of industrialization on the precariousness of contemporary working conditions.

**Keywords:** Industrial Development. Labor relations. Neoliberalism.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa mais ampla realizada em iniciação científica, neste artigo iremos analisar o progresso tecnológico no Brasil atual a partir da crise do capital de 1970, quando o neoliberalismo se acentua no país. (Paraná, 2020; Loureiro; Silva, 2018). Veremos os parâmetros estabelecidos para classificar os países conforme seu nível de desenvolvimento econômico utilizando o Produto Interno Bruto (PIB). Visando entender as relações de trabalho existentes nos setores industriais brasileiros.

O desenvolvimento econômico de um país ocorre através do processo de acumulação de capital e a inclusão de progresso técnico ao trabalho e ao capital, elevando a produtividade, os salários e o padrão de vida da população (Bresser-Pereira, 2008), nesse sentido é possível depreender porque a noção de desenvolvimento econômico anda lado a lado com a de desenvolvimento industrial. Teixeira (2004) explica que a América Latina sofreu com a industrialização tardia enquanto outros países já tinham uma economia avançada baseada no desenvolvimento de indústrias de bens de consumo e bens de capital, os países emergentes "optaram" por instalar suas indústrias primeiramente com insumos e maquinário importado, existentes nos países estrangeiros selando a relação de dependência desde seu início. Os setores industriais brasileiros com maior relevância são a indústria extrativa ligada à extração de recursos naturais e a indústria de transformação com o ramo alimentício, de bebidas, fumo, confecção têxtil, móveis, eletrodomésticos e diversos equipamentos.

Para Bresser-Pereira (2008) o desenvolvimento econômico supõe uma sociedade capitalista composta por empresários e trabalhadores, lucros e salários, acumulação de capital e progresso técnico, um mercado coordenando o sistema econômico e o estado regulando esse mercado e complementando sua ação coordenadora. Após 1970 o capital se complexifica ainda mais com o aumento do capital especulativo, o crescimento das indústrias se torna mais lento e precisa se adequar à nova dinâmica de capital produtivo, os bancos passam a se desenvolver junto ao capital, e controlam inclusive os capitalistas menores por meio de empréstimos com capital a juros, retirando ainda mais a autonomia do Estado na esfera das indústrias.

Assim, dentro da tradição dependentista, seria possível assegurar que a importância do desenvolvimento industrial para as nações vem atrelado ao crescimento econômico, é por meio deste que os países são organizados e ganham nomenclaturas de países "desenvolvidos", "emergentes", "subdesenvolvidos", são esses títulos que baseiam relações econômicas, políticas

e de poder entre essas potências. Essa avaliação é feita a partir da taxa de crescimento, derivada do PIB, definido pelo IBGE (2021) como a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, durante um ano.

Com o sistema capitalista, foram criadas novas formas de relações sociais explicadas por Marx pelos modos de produção, meios de produção, forças produtivas, força de trabalho e as relações sociais de produção. Essas categorias determinam quem possui os meios de produção e quem tem apenas sua força de trabalho para vender sendo subordinado ao proprietário desses meios, dividindo a sociedade em duas classes: a burguesia e o proletariado.

Segundo Antunes (2018) apud Ferraz (2021, p. 22) “o “empreendedor” é um/a trabalhador/a que, ao mesmo tempo que trabalha, também explora outros/as trabalhadores/as, é um burguês-de-si-próprio e proletário-de-si-mesmo.” O que os autores relatam é que a prática empreendedora é colocada como salvação, mas não expõe o lado obscuro dessa relação contraditória, os indivíduos buscam empreender para se livrar das amarras do sistema e acabam caindo na falácia de uma falsa liberdade. A classe trabalhadora não quer empreender, são as condições exploratórias que levam a esse pensamento.

Loureiro e Neto (2018) concluem que dentro do capitalismo tudo pode existir, exceto a liberdade, pois é impossível existir emancipação, onde uma classe sempre será submetida a condições precárias para a outra.

## **METODOLOGIA**

O método utilizado para realização da pesquisa foi o materialismo histórico-dialético de Marx, por meio dele é possível observar o objeto sem separá-lo do sujeito, visto que o sujeito está inserido dentro do objeto também, a sociedade. O objeto deve falar por si mesmo, partindo do real, da sociedade que nós mesmos produzimos. Deste modo, buscamos apreender a realidade em sua totalidade, desde o real concreto em toda sua complexidade aparente, até o desocultamento das contradições da realidade. (Ferraz, Chaves, Ferraz, 2019). Ressalta-se o papel das contradições no processo de investigação, pois estas são inerentes ao nosso ser e é por meio delas que conseguimos por em prática o método de Marx. Assim foi realizada a investigação, a partir das leituras e dados encontrados buscando entender as contradições ocultas neste processo.

A investigação da pesquisa foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica e documental com análise dos artigos encontrados e textos bases. Utilizando como auxílio na coleta de dados: Base Scopus; Google Scholar; Spell e SciELO. A pesquisa investigativa se procedeu por meio da coleta de dados quantitativos e qualitativos, com a análise de relatórios nos seguintes sites de entidades: SEBRAE; Organização Internacional do Trabalho (OIT); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Banco Mundial; *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM); Confederação Nacional da Indústria (CNI); Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE); Comissão Pastoral da Terra (CPT). Após a coleta desses respectivos materiais, foi realizada a sua leitura e feita a seleção dos dados.

Conforme o andamento da pesquisa resolvemos incluir a categoria de trabalho escravo, a principal base foi a CPT que coleta e fornece dados sobre a temática desde 1985, junto à OIT que pesquisa trabalho em todas suas categorias. Sendo esses que forneceram mais dados qualitativos dentre as bases utilizadas.

## RESULTADO E DISCUSSÕES

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) divide o perfil da indústria brasileira em três setores produtivos: a indústria extrativa, a indústria de transformação e a indústria da construção. Dentro delas estão divididos subsetores sendo os da indústria extrativa: a extração de carvão mineral, extração de petróleo e gás, extração de minerais metálicos e não metálicos e atividades de apoio à extração desses minerais. Na indústria da transformação os principais setores são: indústria de alimentos, bebidas, fumo, produtos têxteis, madeira, máquina, equipamentos e sua manutenção e reparo. E o ramo de construção que inclui obras de infraestrutura, construção de edifícios e serviços especializados na própria construção. Em dados retirados da CNI (2021) é mostrada a participação dos setores industriais citados acima no emprego formal. A indústria da transformação aparece em destaque com 70,8%, em seguida a indústria de construção com 21,8% e em último com 2,4% a indústria extrativa.

É visto que o setor produtivo com mais espaço é o da indústria de transformação que abrange mais ramos industriais também, são estes que fazem parte do cotidiano da população brasileira como por exemplo a alimentação, vestuário, eletrodomésticos, medicamentos

farmacêuticos, móveis e veículos automotores logo é o com mais espaço para o trabalho formal devido à alta demanda.

Segundo o VII Recenseamento Geral de 1970 do IBGE (1974) o número de pessoas empregadas em 1970 entre os principais setores (incluindo membros não remunerados da família ou sócios) na indústria de transformação somava um total de 185.560, na indústria extrativa 4.794 e dentro da indústria de transformação o setor que aparece com maior número é o de produtos alimentares com 56.893 trabalhadores no total. Em comparação com dados obtidos pela CNI em 2020 a indústria de transformação tem o total de 9.685 trabalhadores formais sendo 14,8% a sua participação no emprego formal enquanto a indústria como um todo tem 20,9% da participação no emprego formal. Dessa forma, vemos que apesar da queda em comparação ao número de trabalhadores de 1970 (mesmo com a variante da inclusão de membros não remunerados utilizada) a indústria de transformação ainda é o setor com mais participação dentro da grande indústria, mas podemos ver o marcante processo de desindustrialização com a brusca redução sofrida.

Ao compararmos o número de trabalhadores formais da indústria em 2020 de acordo com o porte dos estabelecimentos, mesmo com a dominância de grandes empresas logo atrás estão as micro e pequenas empresas em segundo lugar com mais trabalhadores formais, ou seja, também é o pequeno empreendedor que sustenta a participação das indústrias nos empregos formais.

De acordo com a CNI, a participação do Brasil na produção industrial mundial é de 1,5%, enquanto a participação da indústria no PIB é de 22,2%. Por fim, é feito um comparativo entre o impacto da indústria e dos demais setores no PIB em primeiro lugar aparece o ramo de serviços (outros) com 44,6% e agropecuária com 8,1% a indústria fica em segundo lugar com os 22,2%, um valor médio se comparado aos demais citados.

Segundo dados do Banco Central do Brasil (1985) entre 1971 e 1979 os países que mais investiram no Brasil em primeiro lugar aparece os Estados Unidos com US\$ 3.756.885 entre investimentos e reinvestimentos, seguido da Alemanha Ocidental com US\$ 1.551.259 e o Japão com US \$1.503.290.

Em relação a distribuição de Investimento Estrangeiro Direto (IED) por atividade econômica em 1995, a Indústria da transformação com fabricação de produtos alimentícios, bebidas, fumo, vestuário e equipamentos eletrônicos aparece em primeiro lugar com total de US\$27.907,09. Em seguida estão os Serviços que inclui eletricidade, água, gás, construção,

comércio, além de saúde e educação ficando em segundo lugar com US\$12.863,54 e por fim aparece a Agricultura, pecuária junto a indústria extrativa mineral com US\$924,99.

Nos anos 2000 a indústria cresceu significativamente e recebeu US\$34.725,62 de investimento e a agricultura com a indústria extrativa mais que dobrou alcançando a marca de US\$2.401,08. Mas o mais surpreendente foi o setor de serviços que passou a receber de investimento estrangeiro direto US\$65.887,81 se comparado ao ano de 1995, duplicou seu investimento a cada ano alcançando um investimento 5 vezes maior comparado a 5 anos atrás. O que tornou a indústria de serviços tão atraente para países estrangeiros investirem tão de repente?

Dentre os setores que os Serviços abrangem estão: a energia elétrica, captação, tratamento e distribuição de água, gás, construção, comércio, transporte, correios e telecomunicações, intermediação financeira, seguros, previdência privada, educação, saúde e serviços sociais. Ao visualizarmos alguns exemplos de serviços vemos que maior parte está presente no nosso dia a dia e são itens essenciais para reprodução humana, sem energia elétrica ou água tratada não é possível mais viver em condições dignas, se pensarmos no contexto dos anos 2000 as telecomunicações estavam se expandindo cada vez mais com a globalização e chegada de internet no Brasil, além disso não podemos desconsiderar a educação privada que sempre foi visto como um ramo lucrativo e elitizado.

Em contraposição às ideias apresentadas por Bresser-Pereira acerca do crescimento econômico, para Ferraz (2021) o conceito de crescimento econômico é baseado no cálculo do PIB e o conceito de desenvolvimento econômico é mais amplo e duradouro, considerando no seu cálculo os aspectos quantitativos e qualitativos como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que mede a qualidade de vida, educação, saúde, infraestrutura e considera o índice de pobreza humana. A autora ressalta que apesar disso as duas perspectivas se direcionam ao modo de produção capitalista, não buscam sua superação, apenas a manutenção com a “redução” das desigualdades – geradas pelo próprio capital – a concepção desenvolvimentista de índices econômicos que buscam “reduzir as desigualdades”, “reformular”, “distribuir” não passam de uma mera fachada na falha tentativa de humanizar o capitalismo, sua intenção não é buscar uma igualdade efetiva, visto que permanece dentro da perspectiva capitalista, amenizando os danos de seu próprio sistema para continuar a acumular no ciclo produtivo.

Para que ocorra a acumulação de capital é necessário o aumento da produtividade, mas em países latino americanos como o Brasil esse processo acontece a partir de especificidades,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Mariri (2000) explica que ocorre por meio da superexploração da força de trabalho, uma forma que os capitalistas menores encontraram para compensar a desvantagem com os grandes capitalistas, então eles compram a força de trabalho com um valor abaixo do mínimo necessário para reprodução do proletariado e consegue aumentar a produtividade.

Em países imperialistas com alta tecnologia, o aumento da produtividade é feito priorizando o capital constante ao capital variável, enquanto nos dependentes é realizado pela extração de mais valia por meio da superexploração da força de trabalho (capital variável). Assim, os capitalistas de países dependentes encontraram o meio de elevar a extração e mais-valor pela exploração do grande exército industrial de reserva que necessitam vender sua força de trabalho, sem as condições de países imperialistas restou aos capitalistas locais usar da superexploração dos trabalhadores para aumentar seu acúmulo de capital. (Marini, 2000)

A partir do texto de Nogami e Machado (2011) a autora vai dizer que o crescimento econômico pode influenciar no crescimento da atividade empreendedora, ao aumentar o poder de compra das pessoas o acesso a financiamentos é facilitado e são geradas novas empresas. Embora quando ocorre o oposto e a economia está desacelerada, os altos índices de desemprego gerados fazem as pessoas buscarem outras alternativas de renda para sobreviver, e abrir o próprio negócio se torna uma opção, assim, uma economia ruim também vai influenciar na atividade empreendedora. (Ferraz, 2021)

Assim, o crescimento econômico que influencia o empreendedorismo e não o oposto, ao crescer estimula o consumo que leva ao acesso a financiamentos gerando novas empresas, mas quando esse crescimento desacelera também tem influência para que as pessoas abram seu próprio negócio como alternativa ao desemprego. Ou seja, esteja a economia em alta ou não, ainda acarretará empreendedorismo. Diante disso, o Estado tem o papel de mediar os interesses da classe dominante para garantir o aumento da produção e conseqüentemente o crescimento do PIB, sendo a fonte de acumulação para os capitalistas. Portanto, fica clara a contradição desse movimento, a pauperização precisa ser crescente para que o capital continue se reproduzindo, assim o consumo de produtos melhores embora seja crescente, fica restrito a pequenas parcelas da classe trabalhadora, os poucos que ocupam postos destacados no ciclo produtivo.

Avançando nossa discussão, dados acerca das condições de trabalho na América Latina, mostram que do total de 551 milhões habitantes, pelo menos 213 milhões são pobres (39%), mais de 23 milhões estão desempregados (10%) e cerca de 103 milhões (43%) trabalham na informalidade (OIT, 2006). Ao falarmos de uma região que comporta quase toda América do Sul e



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Central o número é gravíssimo, tais informações nos mostram como os países “subdesenvolvidos” são os que mais sofrem as consequências do capitalismo, as grandes empresas dominam os pequenos negócios, monopolizam, concentram capital e precariza as condições de trabalho da maior parte da população, entre desempregados e informais se somam 126 milhões de pessoas.

Ao pensarmos de modo geral, existem duas grandes categorias de trabalho: formal e informal. De acordo com Ferraz (2021) o que define o trabalho formal é ser regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que garante mais proteção ao trabalhador, se a compra e venda da força de trabalho tem registros legais em sua forma de contratação ele é formal, se não tem é informal. Um meio de análise ao incentivo de trabalhos informais como os fenômenos da “uberização” e “pejotização” é a perda da sociabilidade, do convívio social coletivo, ao trabalhar de forma isolada se perde a representação sindical, enfraquecendo a luta de classes e favorecendo o capital. Cada vez mais trabalhos que deveriam ser formais (no sentido da garantia de direitos) passam a contratar pessoas físicas como CNPJ, fragilizando a relação de trabalho destes indivíduos que se sentem coagidos a aderir a essa nova forma de trabalho por não encontrarem outra solução. E mesmo na informalidade a relação de venda da força de trabalho está presente, havendo uma perda de direitos maior desse grupo informal em relação ao formal, consolidando a precarização das relações trabalhistas.

Como vimos, a indústria extrativa é a que possui menor participação no emprego formal, com 2,4% dentre os demais setores (CNI, 2022). Com base nos dados de denúncias, informações dos cadernos de conflitos no campo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de 1986 e os trabalhadores libertos pelo grupo móvel do ministério do trabalho o trabalho escravo ocorre sobretudo a partir de 1995 a 2006 nas seguintes atividades: companhias siderúrgicas, carvoarias, mineradoras, madeireiras, usinas de álcool e açúcar, destilarias, empresas de colonização, garimpos, fazendas, empresas de reflorestamento/celulose, agropecuárias, empresas relacionadas à produção de estanho, empresas de citros, olarias, cultura de café, produtoras de sementes de capim e seringais (Girardi; *et al* 2014). No panorama de trabalho escravo da CPT (2021) mostra que entre 1995 e 2020 foram resgatados 50.233 trabalhadores em condições de trabalho análogo a escravidão em atividades do ramo da indústria extrativista, sendo 776 destes casos somente em 2020 ligado a indústria extrativista.

O Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán (CDVDH/CB) junto a CPT (2017) em pesquisa sobre o trabalho escravo no ramo extrativista, no litoral do Piauí onde é realizada a colheita de palmeiras para cera de carnaúba, o trabalho é muito confundido



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

com as tradições, sendo difícil identificar condições precárias de trabalho análogas à escravidão, por ser uma região pequena, muitos só tem essa alternativa para garantir renda e são contratados por conhecidos o que dificulta ainda mais na fiscalização.

Um dos trabalhadores entrevistados relata: "É um serviço de risco de vida, porque você tá puxando aquela palha lá de cima, e aquele negócio de repente é fatal. Mas a pessoa vai fazer o quê? Na verdade, pra quem quer enfrentar a vida, [o serviço] não tem nada de difícil." Vemos que os moradores que trabalham com o extrativismo enxergam a realidade das condições trabalhistas de outra forma, para eles é arriscar a vida ou morrer de fome. Ainda utilizando como base a CDVDH/CB e a CPT (2017) elas mostram que apesar de haver indústrias envolvidas, quem faz a contratação é outro trabalhador rural, financiado por comerciantes da cera ou da própria indústria, assim torna a relação de "contratação" mais próxima dos trabalhadores que se tornam vítimas do trabalho escravo. Então podemos entender o real motivo dos trabalhadores não considerarem suas condições de trabalho como escrava, quem os contratam são pessoas como eles, quando ocorre fiscalizações preferem omitir a penalizar "um dos seus", a face do verdadeiro causador dessa problemática não é vista, sem a necessidade das indústrias de comercializarem a cera, a extração não existiria dessa maneira (precarizada e exploratória).

O processo de desmatamento também concentra grande parte de trabalhadores escravizados, por ser um ramo muito lucrativo e a exploração de recursos naturais como a madeira ter grande parte de seus processos feitos na ilegalidade, se torna um local hábil para tornar seus trabalhadores ilegais também, facilitando o aliciamento de trabalhadores. Entretanto, de acordo com a CPT (2021) entre 1995-2020 na Amazônia Legal foram registrados 59.752 casos envolvidos com trabalho escravo, ou seja, não é necessário estar na ilegalidade no modo de extração para explorar trabalhadores. O número registrado na Amazônia chega a ser maior que o total de libertos no mesmo período (1995-2020), que é de 55.818 pessoas.

Em pesquisa realizada pela OIT (2011) com trabalhadores libertos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, foi perguntado aos trabalhadores libertos qual a solução para o problema deles, as respostas obtidas foram: a) ter terra para plantar (46,1%); b) ter um comércio (26,9%); c) ter emprego rural registrado (13,5%); d) ter um emprego na cidade (15,5%). A maior parte das respostas é relacionada ao acesso à terra, somando 59,6% dos trabalhadores. Evidenciando assim que a origem da maioria dos trabalhadores escravizados são os rurais, sendo uma questão estrutural devido a questão agrária que ronda o Brasil, dessa forma o trabalho escravo predomina no campo devido à falta de uma reforma agrária que leva a pobreza dos camponeses sem terra. É



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

notória a existência que a relação histórica de quem detém poder e terra, é basilar a ligação da questão agrária ao trabalho escravo atualmente, dado que mesmo após a "abolição" a prática de trabalho escravo continuou.

Com a proibição legal, os fazendeiros não necessitam mais comprar pessoas para escravizar diretamente por ter se tornado um "gasto" e não mais um investimento, nesse momento os imigrantes se tornaram a opção mais lucrativa para os fazendeiros que viram na cobrança por suas despesas uma forma de prender na fazenda e faturar mais. Girardi, *et al* (2014) concluem que antes da abolição a pessoa escravizada era um investimento de capital para quem o comprava, perdê-lo significava igualmente perder dinheiro, assim a escravidão contemporânea é muito mais barata e lucrativa, já que o trabalhador é descartável e substituído facilmente.

Devemos lembrar que apesar da prática de aliciamento ser mais comum na zona rural, no âmbito urbano ela não deixa de existir, nas cidades ela ocorre pela terceirização em serviços de confecção (indústria têxtil) e na construção civil, da mesma forma buscam levar os trabalhadores para cidades afastadas de suas de origens com propostas de emprego deslumbrantes e inexistentes. Segundo a CPT (2021) o número de casos identificados como trabalho escravo na construção civil entre 1995 e 2020 foi de 174 e na confecção têxtil 56, são esses os setores industriais urbanos mais afetados. Dentre os dados fornecidos pela CPT (2021) na zona urbana ainda tem o denominado "outro" para outras formas de atividades que identificaram trabalho análogo a escravidão, este aparece com 201 casos no período de 1995-2020.

Embora a CPT não tenha explicitado outros serviços que foram detectados trabalho em condições de escravidão, não poderia deixar de citar outra categoria que é afetada com estas condições, as empregadas domésticas. No ano de 2021, das 1.937 pessoas em situação de escravidão resgatadas no país, 27 delas estavam no serviço doméstico, enquanto em 2020 haviam sido apenas três. A escravidão doméstica se diferencia da exploração econômica (como os exemplos já citados da área rural e urbana) que duram geralmente alguns meses, nas fazendas o tempo da safra por exemplo, já com empregadas domésticas a maior parte dos casos registrados são durante longos períodos.

Em maio de 2022, uma mulher de 84 anos foi resgatada de condições análogas à escravidão no Rio de Janeiro, após 72 anos trabalhando como empregada doméstica, aos 12 anos se tornou vítima e trabalhou por mais sete décadas para três gerações de uma mesma família, quando foi resgatada ela cuidava de sua empregadora idosa, apesar de sua idade

também já ser avançada. Essa foi a mais longa exploração de escravidão contemporânea registrada no Brasil desde criação do sistema de fiscalização em 1995, foram 72 anos sem contato com outra realidade, sem salário ou direito a ter autonomia sobre sua própria vida. (Sakamoto; Camargos, 2022).

Mesmo no âmbito do trabalho formal as empregadas domésticas ainda são a categoria com a menor média de rendimentos anuais, segundo a PNAD Contínua 2012-2020 (IBGE, 2021) em 2020 o rendimento médio de trabalhadores domésticos com carteira assinada era de R\$ 1.315, enquanto sem carteira assinada era de R\$ 788, muito abaixo do salário-mínimo vigente e abaixo da média de 2018 que era de R\$ 800, é visto uma regressão e maior precarização deste tipo de serviço.

O exemplo dos trabalhadores escravizados no campo e nas cidades e também das trabalhadoras domésticas é ilustrativo para percebermos como os grandes conglomerados industriais embora na aparência sejam os grandes contratadores de trabalho formal, são, igualmente, os fomentadores de superexploração e degradação severa da classe trabalhadora, caracterizando o quadro amplo da precarização do trabalho.

Por isso, a pauperização da classe trabalhadora deve ser vista não apenas pelas taxas de desemprego, mas também pela qualidade de emprego e formas de contratação a que estão submetidos. Assim, estimular o empreendedorismo e sua ideologia, precariza desde as condições de trabalho e vida desses indivíduos até a culpabilização pelo desemprego e suas condições de vida para a classe trabalhadora, responsabilizando essas pessoas individualmente por condições que deveriam ser asseguradas pelo Estado. (Ferraz, 2010; 2021).

Entre as empresas que mais demitiram, os Correios aparecem com -20.128 empregos, sendo um dos serviços mais sucateados e ameaçado pelo neoliberalismo que tenta privatizá-lo a todo custo, se administrado pelo Estado a empresa sofre esse desemprego em massa ao privatizar a tendência seria piorar. (ILAESE, 2021). Isto posto, concluímos que as relações de trabalho no Brasil afetam todas as esferas, informal, formal, servidores públicos e uma longa lista se estende. A precarização segue avançando sobre toda a classe trabalhadora, independentemente do tipo de relação trabalhista.

## CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo debater sobre a industrialização brasileira, seus setores produtivos, sua participação no PIB em concomitâncias com as relações de trabalho. Por meio de nossas discussões conseguimos entender que para ocorrer o crescimento econômico é necessário aumentar a escala de produção industrial, para ela ser elevada sem a perda de mais-valor os capitalistas latino-americanos fazem isso por meio da superexploração da força de trabalho, ampliando a precarização das condições de trabalho, uma vez que para que isso aconteça a classe trabalhadora recebe menos do mínimo para seu sustento pela venda de sua força de trabalho.

Outra forma de se obter o aumento da produtividade nas indústrias é a mão de obra viva pela morta, ou seja, pelas máquinas. Com isso aumenta-se a taxa de desemprego, levando os pertencentes do exército industrial de reserva a recorrerem a formas alternativas de emprego, como entregas e corridas por aplicativos de plataformas como uber e ifood que exercem jornadas exaustivas de mais de 12 horas para conseguir ganhar um “salário” adequado, correndo riscos sem nenhum tipo de direito assegurado, conhecida como a escravidão contemporânea, onde esses trabalhadores escolheram livremente se submeter a essas formas de trabalho, mas não tem noção da relação de trabalho que está atrelada a essas novas dinâmicas trabalhistas do capital. Além do fenômeno da uberização, a contratação de pessoas físicas por CNPJ é outra maneira que a grande massa fora do processo produtivo encontra para se adequar e garantir a venda de sua força de trabalho, empreendedores que abrem seu próprio negócio na tentativa de fugir da escassez do trabalho formal, tornando-se proletário de si mesmo.

Não podemos esquecer que dentro da escravidão contemporânea também encontramos vítimas do trabalho análogo a escravidão nos setores industriais, na zonas rurais com o agronegócio da indústria extrativistas vimos os números e relatos alarmantes de vítimas desse processo, na zona urbana não foi diferente em diversos ramos desde a indústria têxtil e a construção, até o próprio serviço doméstico que é uma dos mais precários, exploradores e silenciosos trabalhos escravos modernos, como vimos o caso mais antigo de resgate atual foram 72 anos vivemos nessas condições como trabalhadora doméstica.

Por fim, conseguimos concluir que o processo de industrialização tem grande peso na precarização da classe trabalhadora, como Ferraz (2021) fala não é somente pelos números de desempregos que devemos analisar, mas também pela qualidade de emprego e formas de contratação que estão submetidos estes trabalhadores, e para que seja possível elevar a taxa de crescimento econômico as condições submetidas são sempre as piores e mesmo quando utilizam



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

da ideologia desenvolvimentista não é para garantir direitos genuínos para os trabalhadores, é voltado apenas para a manutenção em pró do próprio capital, para que os indivíduos consigam se manter e gerar cada vez mais riquezas.

## REFERÊNCIAS

Amorim, D. G; et al. Tecnologias Importadas, Desenvolvimento Industrial Brasileiro: Histórico, Tendências E A Educação. In: COBENGE, 2004, Brasília.

Banco Central Do Brasil. Investimentos e Reinvestimentos Estrangeiros no Brasil Distribuição por País da Empresa/Ano de Ingresso ou Capitalização. Brasília. 31.12.1985 Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/estatisticas/Investimento\\_estrangeiro\\_direto\\_tabela1](https://www.bcb.gov.br/estatisticas/Investimento_estrangeiro_direto_tabela1) Acesso em: jul. 2022.

Banco Central Do Brasil. Investimentos Estrangeiros Diretos. Distribuição de Investimento Estrangeiro Direto por Atividade Econômica de Aplicação de Recursos. Brasília. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/estatisticas/Investimento\\_estrangeiro\\_direto\\_tabela10](https://www.bcb.gov.br/estatisticas/Investimento_estrangeiro_direto_tabela10) Acesso em: jul. 2022.

Banco Central Do Brasil. Tabela Investimento Direto no País. In: Relatório de Investimento Direto. Brasília. 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioid> Acesso em: jul. 2022.

Bonelli, R. Investimento nos setores industriais brasileiros: determinantes microeconômicos e requisitos para o crescimento. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2011. (Textos para Discussão CEPAL-IPEA, 38).

Bresser-Pereira, L. C. Crescimento E Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Escola de Economia Fundação Getúlio Vargas, 2008.

CNI - Confederação Nacional da Indústria. Perfil da Indústria Brasileira. Brasil: 2022. Disponível em: <https://industriabrasileira.portaldaindustria.com.br/#!/industria-total> Acesso em: mar. 2022.

CNI – Confederação Nacional da Indústria. Mercado de Trabalho. Brasil: 2022. Disponível em: <https://industriabrasileira.portaldaindustria.com.br/grafico/total/mercado-trabalho/#!/industria-total> Acesso em: jul. 2022.

CNI – Confederação Nacional da Indústria. Perfil Setorial da Indústria. Brasil: 2022. Disponível em: <https://perfilsetorialdaindustria.portaldaindustria.com.br/> Acesso: jul. 2022.

Colantuono, A. C. S. Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina: v. 36, n. 2, p. 95- 110, jul./dez. 2015

Conforti, L. P. Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo: um olhar além da restrição da liberdade. Repórter Brasil. 2014.

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe, 2021. Resumo executivo. (LC/PUB.2021/9), Santiago, 2021.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

CDVDH/CB - Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán; Comissão Pastoral da Terra - CPT. (cord) Entre idas e vindas: novas dinâmicas de migração para o trabalho escravo. 1. ed. São Paulo: Urutu-Branco, 2017.

Ferraz D. L. S; Oltramari A. P; Ponchirolli O. Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho: Conceitos e Questionamentos. In: Ferraz D. L. S; Oltramari A. P; Ponchirolli O. (org) Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho. São Paulo: ATLAS, 2011.

Ferraz, J. M. Para além da prática empreendedora no capitalismo brasileiro. São Paulo: Actual, 2021.

Galvão, A. Marxismo E Relações De Trabalho. In: CADERNOS CEMARX, n.1, 2004.

GEM - Global Entrepreneurship Monitor Brasil Global Entrepreneurship Monitor Empreendedorismo no Brasil: 2019 \ Coordenação de Simara Maria de Souza Silveira Greco; diversos autores. Curitiba: IBQP, 2020.

Girardi E. P; Mello-Théry N. A; Théry H.; Hato J. Mapeamento do trabalho escravo contemporâneo no Brasil: dinâmicas recentes. Espaço e Economia [Online], 4 | 2014, 11 set. 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/804>

Hermann, J. Reformas, Endividamento Externo e o "Milagre" Econômico (1964-1973) Cap. 3 In: Giambiagi, F. et al (org). Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004) Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. VIII recenseamento geral do Brasil : censo demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Censos, 1974.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desemprego. Rio de Janeiro: 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> Acesso em: maio 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PIA-Produto - Pesquisa Industrial Anual. Rio de Janeiro: 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9044-pesquisa-industrial-anual-produto.html?=&t=destaques> Acesso em: maio 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produto Interno Bruto - PIB. Rio de Janeiro: 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php> Acesso em: maio 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional Por Amostra De Domicílios Contínua - PNAD Contínua: Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil 2012-2020. Rio de Janeiro, 26 fev. 2021.

ILAESE: Anuário Estatístico Trabalho & Exploração. São Paulo: v. 1, nº 03, out. 2021.

Jacquet, M. PIB - Produto Interno Bruto: Breve Introdução. Lisboa: Universidade Aberta, 2019.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Loureiro, C. F. B; Neto, J. G. O retorno de Marx em tempos neoliberais: sobre a ontologia e a política. Vitória: Argum, v. 10, n. 2, p. 190-202, maio/ago. 2018.

Paraná, E. Bitcoin: a utopia tecnocrática do dinheiro apolítico. São Paulo: Autonomia, 2021. Literária.

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua. Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil 2012-2020. Rio de Janeiro: IBGE, 26 fev. 2021. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Principais\\_destaque\\_PNAD\\_continua/2012\\_2020/PNAD\\_continua\\_retrospectiva\\_2012\\_2020.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Principais_destaque_PNAD_continua/2012_2020/PNAD_continua_retrospectiva_2012_2020.pdf) Acesso em: maio 2022.

Prado, F. C. A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil. São Paulo: Lutas Anticapital, 2020.

Santos, L. G. A; Et Al. Impacto do Investimento Estrangeiro Direto (IED) no Produto Interno Bruto (PIB) e no agronegócio brasileiro entre 1996 e 2014. Revista ESPACIOS. ISSN 0798 1015 Vol. 38 (Nº 46) pág. 20 jun. 2017.

Sakamoto, L.; Camargos, D. Mulher é resgatada após 72 anos de trabalho escravo doméstico no Rio. Repórter Brasil. 13 maio 2022. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/05/mulher-e-resgatada-apos-72-anos-de-trabalho-escravo-domestico-no-rio/> Acesso em: jul. 2022.

Teixeira, F. L. C. Desenvolvimento industrial e tecnologia: revisão da literatura e uma proposta de abordagem. In: Cadernos EBAPE.BR - Edição Especial mar. 2005